

# Procesos de organización y movilización colectiva en sectores subalternos

---

---

imaginarios empíricos, conceptuales y metodológicos

Año  
2016

Autor  
dos Santos Araújo, Ana Cristina

Este documento está disponible para su consulta y descarga en el portal on line de la Biblioteca Central "Vicerrector Ricardo Alberto Podestá", en el Repositorio Institucional de la **Universidad Nacional de Villa María**.

#### CITA SUGERIDA

dos Santos Araújo, A. C. (2016). *Procesos de organización y movilización colectiva en sectores subalternos*. Villa María: Universidad Nacional de Villa María



## **Congreso de la Asociación Argentina de Sociología (AAS)**

### **LAS CIENCIAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE HOY: PERSPECTIVAS, DEBATES Y AGENDAS DE INVESTIGACIÓN**

GT 5: “Estructura social y desigualdades sociales en sus múltiples dimensiones.”

#### **Procesos de organización y movilización colectiva en sectores subalternos: imaginarios empíricos, conceptuales y metodológicos**

Ana Cristina dos Santos Araújo<sup>1</sup>

##### **Resumen**

Tendo em vista a produção acadêmica atual sobre mudanças ocorridas nas demandas e nas composições dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, sobretudo aquelas que apontam para a existência de novas modalidades de sociabilidade e estruturação das ações coletivas em conjugação com as mudanças econômicas a partir do avanço das políticas neoliberais, estabelece-se, nesse sentido, a necessidade de verificar as possíveis ocorrências de novas modalidades de organização da ação política, de convocação para a participação e a motivação, se esses movimentos têm um foco homogêneo ou se as demandas são plurais. Bem como, a existência de permanências nos modos de fazer política nos moldes tradicionais de ação coletiva, entendendo quais são os pontos de continuidade, os pontos de descontinuidade e onde ocorrem os pontos de tensões entre eles.

A investigação tem como foco as ações coletivas na favela Sem-Terra, no município de Macaé (norte fluminense), município esse que vem passando por transformações em sua estrutura política, econômica, demográfica e territorial. A crise na atividade canavieira, a partir dos anos setenta, gerou a estagnação do desenvolvimento econômico dessa região. Nos últimos anos, contudo, esta área vem despontando como privilegiada, condição essa garantida pela atividade petrolífera da Bacia de Campos. Esse município sofreu um expressivo aumento populacional na sua área urbana, que passou a ter uma acentuada diversidade de população, com a chegada de um grande número de imigrantes e, principalmente migrantes nordestinos, mudando o perfil dos bairros e criando desigualdades visíveis e tendo o Estado como agente repressivo e não de integração e valorização.

**Palavras – chaves:** ação coletiva; políticas neoliberais; crise econômica; desigualdades.

---

<sup>1</sup> - Universidade Federal Fluminense. Correio eletrônico: [ana.araujo@ippur.ufrj.br](mailto:ana.araujo@ippur.ufrj.br)

## **Movimentos Sociais no Brasil: um debate, uma prática e uma metodologia**

### **História Oral, Memória e Movimentos Sociais**

Este trabalho baseia-se no projeto de pesquisa de mestrado, ainda em andamento, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense-UFF. A investigação tem como foco nas análises de sociólogos brasileiros sobre as ações coletivas no Brasil, com os questionamentos iniciais pautados nas demandas desses movimentos sociais, como se estruturam e qual o perfil dos manifestantes e o estudo do caso da favela Sem-terra, no município de Macaé (norte fluminense)-área de exploração de petróleo no Rio de Janeiro- Brasil, que sofreu grande fluxo migratório a partir da década de 80 sem nenhum planejamento ou política de acolhimento por parte do poder público.

Tendo em vista a produção acadêmica atual sobre mudanças ocorridas nas demandas e nas composições dos movimentos sociais no Brasil e no mundo, sobretudo aquelas que apontam para a existência de novas modalidades de sociabilidade e estruturação das ações coletivas em conjugação com as mudanças econômicas a partir do avanço das políticas neoliberais, estabelece-se, nesse sentido, a necessidade de verificar as possíveis ocorrências de novas modalidades de organização da ação política, de convocação para a participação e a motivação. Se esses movimentos têm um foco homogêneo ou se as demandas são plurais. Bem como, a existência de permanências nos modos de fazer política nos moldes tradicionais de ação, entendendo quais são os pontos de continuidade, os pontos de descontinuidade e os pontos de tensão. Como George Simmel (1983) expõe no texto: “Natureza Sociológica do Conflito”,

**“...devemos conceber todas estas diferenciações polares como uma só vida; devemos sentir o pulso de uma vitalidade central mesmo naquilo que, se considerado do ponto de vista de um ideal particular, não deveria existir absolutamente e é apenas algo negativo; devemos permitir que o sentido global de nossa existência brote de ambas as partes. No contexto mais abrangente da vida, mesmo naquele momento que, isolado, é perturbador e destrutivo, é totalmente positivo; não é uma lacuna, mas o preenchimento de um papel reservado apenas a ele. Talvez não nos seja dado alcançar; e muito menos manter permanente, a altitude da qual todos os fenômenos podem ser vistos compondo a unidade da vida mesmo que, de um ponto de vista objetivo ou avaliador, pareçam se opor um ao outro como a mais e a menos, como contradições, como eliminações mútuas.”**

A problemática que busco nesta reflexão é da verificação da existência de novas modalidades de fazer a ação coletiva e das situações por onde ocorrem a construção de um espaço de ação, da

conquista da legitimidade e da autoridade política pelos atores sociais em um ambiente urbano permeado por profundas transformações econômicas e sociais.

Assim, tenho em vista a evidência sociológica da ocorrência da transmissão de saberes, práticas e experiências entre as gerações na busca de compreender quais são as linhas de continuidade ou as rupturas que se manifestam nesse processo de transmissão de uma herança entre as velhas e as novas gerações na prática da participação política e da ação social.

No final da década de 1980 e começo da década de 1990 mudanças associadas à globalização inseriram a cidade e seus agentes na lógica dos fluxos transnacionais de mercadorias e pessoas, remodelando as relações sociais, as ações coletivas e as aspirações individuais no Brasil. A prevalência de lógicas de mercado no funcionamento dos processos sociais e econômicos, sobretudo nas relações estabelecidas no mundo do trabalho, alijaram do mercado de trabalho formal uma quantidade expressiva de trabalhadores que passam pela experiência socioeconômica de ter como única opção o exercício do trabalho precário como atividade econômica ou mesmo chegaram a impossibilidade de permanência ou de inserção nessa nova configuração produtiva.

No bojo dessas transformações introduziram-se no campo político mudanças nos mecanismos de ação e representação social bem como novas modalidades de luta social e associativismos enlaçados, muitas vezes, também pelas lógicas de mercado.

Pesquisadores dos movimentos sociais, como Maria da Glória Ghon e Angela Alonso, mostram que os movimentos sociais possuíam uma estrutura até o início dos anos 90 e após esse marco adquiriram outra formação. Esta alteração é creditada às carências socioeconômicas acentuadas pela expansão do liberalismo e à crise da esquerda no mundo.

Na fase anterior à 1990 no Brasil, os movimentos possuíam características de militância político-ideológico que tinham como alvo o regime militar (movimentos de base cristã ligados à Teologia da Libertação, revitalização dos sindicatos e das associações de moradores de favelas). A partir da década de 1990 outras formas de organização popular surgiram a medida em que as políticas neoliberais avançavam (Ação da Cidadania Contra a Fome, movimento de demarcação das terras indígenas e a Participação Cidadã, por exemplo) no Brasil. Esses movimentos redefiniram a esfera dos conflitos sociais e a análise principal desloca-se da visão marxista e passa a ser uma abordagem priorizando a construção da identidade coletiva dos grupos.

Após a redemocratização do Brasil alguns movimentos sociais, aqueles que estavam identificados com o espaço urbano, apresentaram um refluxo em sua ação política. A consolidação de uma periferia faz emergir novas dinâmicas de ação coletiva, sobretudo aquelas voltadas para as manifestações culturais e identitárias. Essas são, especialmente, encaminhadas pelas gerações mais jovens. Concomitantemente na esfera da sociedade civil as organizações não governamentais

(ONGs) passam a ocupar os espaços políticos antes tomados pelos movimentos sociais. Essas entidades trazem para a cena política novas demandas e características distintas para a agenda da luta política desenvolvida na cidade. A emergência no cenário social das organizações não governamentais (ONGs) estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil. Paralelamente a isso, a sociedade civil mostrou-se descontente e desmobilizada com a política partidária e com a elite dirigente desses partidos. Alguns militantes, assessores e simpatizantes deixaram de participar dos movimentos sociais por suas paixões políticas, ideologias ou por valores gerais e se profissionalizaram na busca da capacitação para o movimento com o objetivo de torná-lo autônomo. Esses movimentos desenvolveram uma nova concepção de autonomia (não mais a que pensava romper com tudo, atuar à margem do instituído e de costas para o Estado), mas que possuía projetos para pensar os interesses dos envolvidos.

Sobre a autonomia a Ghon (2003) desenvolve:

**“(...) ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos nas negociações, nos fóruns de debates, nas parcerias de políticas públicas (por isso é grande o número de militantes/assessores de movimentos, advindos de ONGs, que têm adentrado aos programas de Pós-graduação da academia. Resulta também que vários deles, após qualificados, tornam-se professores universitários e voltam-se inteiramente para a academia, ficando o movimento apenas como 'objeto' de estudo e pesquisas. As ONGs permanecem como estágios laboratoriais de iniciação participativa, estando sempre compostas, majoritariamente, por iniciantes.”**

Nesse ponto, penso ser necessário definir a categoria movimentos sociais com a qual estou trabalhando. O conceito expresso por Maria da Glória Ghon em “Movimentos Sociais no Início do Século XXI-Antigos e Novos Atores” (2003) foi o que mais se aproximou daquele que pretendo utilizar nesse trabalho e que ora copio abaixo:

**“Movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. (...) representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.”**

Após a segunda metade da década de 1990 no Brasil, os movimentos sociais urbanos tiveram um refreamento em suas organizações. Claro é que situações de luta urbana existiram esporadicamente, é o caso do MTST (Movimento de Trabalhadores Sem Teto) e dos movimentos de trabalhadores organizados por centrais sindicais como os professores da rede pública.

No campo tivemos as ações do MST (Movimento dos Sem-Terra), do movimento indigenista e dos quilombolas, que não deram trégua e tremularam suas bandeiras de luta em busca da reforma agrária e das demarcações de terras por todo o período.

Podemos analisar o momento como de “extrema cidadania”, com as esferas governamentais democraticamente eleitas, mas paradoxalmente, tivemos a falta de qualidade da cidadania. A cidadania se expressou com a delegação da tarefa de governar a representantes para “atender” as necessidades da população até a próxima eleição. Essa forma de participação não percebe a participação cidadã como um valor em si mesmo. Para Paulo Freire, nós, brasileiros, desenvolvemos a “cultura do silêncio”, a secular exclusão da maioria da população do processo político. Esse é um dos motivos para que percebamos a política como “algo” que está “fora” e “distante” de nós.

Torna-se importante lembrar que algumas prefeituras, muito poucas dentro do universo brasileiro, desenvolveram e mantiveram nesse período o Orçamento Participativo (onde a população organizada era escutada e determinava a aplicação de recursos dessas prefeituras, de acordo com as demandas do momento).

Para Leonardo Boff (2000) a participação é um fenômeno ou um processo constitutivo da condição humana associado de forma fundamental à dignidade de homens e mulheres. Para Boff,

**“pelo fato de ser pessoa, de ser criativo, livre, responsável, o ser humano vem dotado de uma vontade ontológica de participação. (...) Essa vontade é intrínseca”.**

Com a expansão e hegemonia do liberalismo pós década de 90, o mundo tornou-se o lugar que nos convida a escondermos na ideologia da sobrevivência pessoal ou de vivenciarmos os grupos, a política ou a vida através do ciberespaço.

Porém, o ciberespaço ganhou outra dimensão no Brasil após junho de 2013. As “manifestações” chamadas pelas análises oficiais ou “os indignados” como ficaram conhecidos pela bibliografia sociológica que tratou o tema, foram as ações reivindicativas da população brasileira, que começou com o movimento contra o aumento das tarifas de ônibus em São Paulo e se alastrou pelo país abarcando inúmeras reivindicações e uma heterogeneidade de pessoas.

Esse movimento foi organizado pelas redes sociais, não havia lideranças partidárias e nem hierarquização; não possuíam carros de som e nem palavras de ordem (os chamados durante a caminhada eram espontâneos, com palmas e assobio).

## **II - Descrição da Favela Sem-Terra**

Inserido no processo de reestruturação econômica nacional com o avanço do neoliberalismo no Brasil e no mundo, o estado do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, vem passando por transformações em sua estrutura política, econômica, demográfica e territorial. A crise na atividade

canavieira, a partir dos anos setenta, gerou a estagnação do desenvolvimento econômico da Região norte fluminense. Nos últimos anos, contudo, esta região vem despontando como área privilegiada, condição essa garantida pela atividade petrolífera da Bacia de Campos. O município de Macaé, no norte fluminense, sofreu um expressivo aumento populacional na sua área urbana, que passou a ter uma acentuada diversidade de população, com a chegada de um grande número de imigrantes e, principalmente migrantes nordestinos, mudando o perfil dos bairros, criando desigualdades visíveis e promovendo a heterogeneidade da paisagem urbana. Esse processo resultou em uma grande favelização do município de Macaé, desde o começo da década de 1980.

Favela Sem-Terra é uma ocupação recente, da década de 1990, que possui como limites o rio Macaé de Cima, a praia da Barra e a favela Nova Holanda. Sendo uma região de charco que não possui nenhuma obra de infraestrutura feita por órgãos governamentais. Suas vielas e ruas são de terra batida e ficam impraticáveis quando chove, impedindo o trânsito de seus moradores ou impondo a eles situações como carregarem sacolas com peças de roupas ou calçados para trocar quando chegarem a parte asfaltada que liga a periferia ao centro da cidade.

Nas casas que possuem moradores com salário fixo, consegue-se o abastecimento de água e luz através de ligações clandestinas, chamadas de “gatos”, feitas nas redes principais mais próximas, geralmente nas redes da favela que a margeia, chamada Nova Holanda, com canos de pequeno calibre, expostos pelas vielas. Isso só é possível com o advento de um salário, pois demanda investimento para pagar a mão-de-obra e o material utilizado.

A rede elétrica feita pelos próprios moradores também fica exposta e pendurada nos postes. Esses emaranhados provocam constantemente sobrecargas e incêndios. Tais “ligações” alternativas são feitas e mantidas pela mão-de-obra local, informal (conhecida como biscateiros), que quase sempre acumula “conhecimentos” formais que legitimam suas ações como bombeiros hidráulicos, marceneiros, pedreiros, bombeiros gasistas, mecânicos, eletricitas, etc..

Nas casas formadas por moradores “biscateiros” ou desempregados, há gatos elétricos, mas a situação em relação à água é diferente. Geralmente se compra um ou dois tonéis de água e a prioridade é utilizá-la para beber e fazer comida.

Em várias moradias é comum encontrarmos famílias matriarcais, sem o pai, com vários filhos, sendo que alguns também possuem seus próprios filhos e permanecem na unidade familiar ou constroem um “puxado” (quarto maior) em cima da última laje.

A maioria dos moradores desse assentamento veio da região nordeste do Brasil com o objetivo de trabalhar nas empresas que prestam serviços à PETROBRÁS ( Empresa Nacional que prospecta petróleo). Vieram em busca de condições melhores para si e suas famílias e nutrem a expectativa de “fazer a vida” e voltar para “sua” terra.

Mudanças associadas à globalização inseriram a cidade e seus agentes na lógica dos fluxos transnacionais de mercadorias e pessoas, remodelando as relações sociais, as ações coletivas e as aspirações individuais. A prevalência de lógicas de mercado no funcionamento dos processos sociais e econômicos, sobretudo nas relações estabelecidas no mundo do trabalho, alijaram do mercado de trabalho formal uma quantidade expressiva de trabalhadores que passam pela experiência socioeconômica de ter como única opção o exercício do trabalho precário como atividade econômica ou mesmo chegam a impossibilidade de permanência ou de inserção nessa nova configuração produtiva.

No bojo dessas transformações introduziram-se no campo político mudanças nos mecanismos de ação política e representação social bem como novas modalidades de luta social e associativismos enlaçados, muitas vezes, também pelas lógicas de mercado.

Diante dessas alterações políticas, econômicas e principalmente, de organização e mobilização social, estabelece-se a necessidade de verificar as possíveis ocorrências de novas modalidades de organização da ação política na favela, por parte dos jovens líderes. Bem como, a existência de permanências nos modos de fazer política nos moldes tradicionais de ação coletiva e, também, das lutas sociais por melhorias urbanas ou se houve também transformações nesses aspectos. Assumimos que as ações coletivas na favela Sem-Terra são fatos sociais, na perspectiva durkheimiana, e como tal, a causa determinante de um fato social deve ser buscado entre os fatos sociais antecedentes. Não basta estudar a correlação dos fatos sociais, precisa-se da explicação racional, vinculando-os. Como bem nos apontou Tarrow (2009):

**“Diversamente das formas convencionais de participação, a ação coletiva de confronto demonstra as possibilidades da ação coletiva para outros e oferece até aos grupos com poucos recursos as oportunidades que sua própria condição lhes negaria. Isso ocorre quando os 'primeiros insurgentes' fazem reivindicações às elites que podem ser usadas por aqueles com menos audácia e com poucos recursos. (...) Quando a ação coletiva é iniciada numa parte do sistema, em favor de um tipo de objetivo e por um grupo particular, o encontro entre aquele grupo e seus antagonistas fornece modelos de ação coletiva (...).”**

Nesse sentido, partimos do resgate da história desse assentamento pelo nome. Há uma relação do nome do assentamento e o movimento social ligado à posse de terra? Utilizaremos como metodologia a história oral e a valorização da memória local dos antigos moradores.

Nessa análise das estruturas dos movimentos sociais na favela não busco uma oposição entre as formas de mobilização e as lideranças dessa comunidade, busco sim entender quais são os pontos de continuidade, os pontos de descontinuidade e os pontos de tensão.

A problemática que busco nesta reflexão é da verificação da existência de novas modalidades

de ação coletiva e das situações por onde ocorrem a construção de um espaço de ação tomando como base a constituição do próprio espaço, a conquista da legitimidade e definição da autoridade política pelos atores sociais em um ambiente permeado por profundas transformações econômicas e sociais e pela presença de novos agentes, inclusive a do *crime*.

Assim, tenho em vista a evidência sociológica da ocorrência da transmissão de saberes, práticas e experiências entre as gerações na busca de compreender quais são as linhas de continuidade ou as rupturas que se manifestam nesse processo de transmissão de uma herança entre as velhas e as novas gerações na prática da participação política e da ação social através da memória construída. Como assinala MONTEIRO (2006)

**“O relato(...) visa dar voz a um grupo incomum, absolutamente informal, invisível, e corresponde a uma tentativa de verificação da ordem existente nas sombras, partindo do princípio da sobrevivência caótica, grupos subalternos socialmente também desenvolvem estratégias próprias de luta para o alcance do que a opinião geral chama de cidadania, e que os habitantes das periferias sociais preferem entender como sobrevivência.”**

A ação social está no indivíduo, na sua conduta, na luta por valores que considera essenciais. O agir racionalmente teleológico constrói os mecanismos (meios) para atingir seu “fim”. Nesse sentido, as experiências e os sentimentos (afetos reais) podem ser revividos e nos proporcionam novas possibilidades de compreendê-los e calcularmos intelectualmente seus efeitos sobre a orientação e os meios da ação. E é justamente com o indivíduo, suas experiências que busco minha entrada no campo.

Na literatura de Paul Thompson a utilização da história oral como ferramenta altera o enfoque da história quebrando algumas barreiras em relação ao objeto de estudo, aumentando o foco da academia sobre a sociedade e devolvendo à comunidade um lugar fundamental na construção da sua história; uma história contada e que é o retrato daqueles que a compõem. Aos interlocutores, a história oral garante a oportunidade de vivenciarem sua história, ampliando e enriquecendo o próprio campo de ação da produção histórica.

No trabalho de PASSERINE (2011) a importância do uso da história oral como método de trabalho fica muito claro no posicionamento das signatárias do texto:

**“dar voz à pluralidade de experiências diferentes(...), capturar e levar em conta as motivações e as histórias profundas de cada uma, e ao mesmo tempo evidenciar a relação entre as nossas vidas e os movimentos gerais daqueles anos(...), nos conscientizar das continuidades e das rupturas que operamos dentro de nós mesmas enquanto mulheres.”**

As memórias e experiências vividas se constroem no âmbito das relações sociais. Para Weber a relação social está orientada na medida que o(s) agente(s) pressupõe(m) uma determinada atitude

do parceiro perante ele(s) e, por estas expectativas, orienta(m) sua ação(ões) própria(s); criando referência recíproca da ação em ambos os lados, compartilhando a compreensão do sentido das ações. É na relação social que as “convenções” são estabelecidas e com elas a estruturação do pertencimento ao mesmo círculo.

A característica do pertencimento é um dos conceitos fundamentais no trabalho com o meu campo empírico, já que a favela Sem-Terra é formada por trabalhadores tercerizados, imigrantes nordestinos, que podem ser associados a figura do “estrangeiro” na conceituação desenvolvida por Georg Simmel. O “estrangeiro” como aquele que não compartilha do passado comum, que vivencia conjuntamente o presente, mas poderá ou não compartilhar do futuro. Aquele que só está no espaço da favela devido sua relação de trabalho com as empresas prestadoras de serviço à PETROBRAS, em Macaé (município do norte fluminense). Aquele que, segundo Simmel, possui a liberdade de ir e vir, opta em ficar e traz uma noção de mudança para o entorno. Aquele que expõem as “fragilidades” das relações e do status local. Apesar desse “estrangeiro” ter a “liberdade” de partir, ele fica e introduz no grupo qualidades que não se originaram nele (grupo). Nesse sentido, esses trabalhadores imigrantes, os quais estamos tratando como “estrangeiros” em meu campo, vivem e convivem em uma dualidade. Por um lado, são imanes e têm uma posição de membros da comunidade; por outro lado, são de fora da comunidade e confrontam a coletividade, expondo seus desgastes.

A tarefa inicial da pesquisa será estabelecer uma interação com os agentes-objeto. É através do uso do regulador, traçando limites de ações e estabelecendo um “jogo da sociabilidade”. Para que a interação ocorra sem que eu tenha que exibir minhas peculiaridades, tendo controle dos meus impulsos e me posicione de acordo com as regras sociais locais é necessário um agente regulador do “jogo da sociabilidade”, o “tato”. Em PASSERINI (2011) essa “jogo de sociabilidade” é marcado quando:

**“Durante a narração, adotamos o método clássico da história de vida, incitando o máximo possível a memória espontânea, fazendo somente questões de apoio, a título de esclarecimento, sem desviar a linha de pensamento do relato.”**

Por último, mas não menos importante, é salientar que minha entrada, pesquisa e análise possui alguns questionamentos (já expostos acima), mas estou preparada para encontrar outras situações de cunho reivindicatórios que não passam pelas ações coletivas, que não possuam referenciais de lideranças e que sequer tenham definido compromissos de longos períodos. Estou preparada para que, segundo Tarrow (2009):

**“... as oportunidades externas não produzem necessariamente movimentos sociais**

**sustentados.”**

**BIBLIOGRAFIA**

- BOFF, Leonardo.2000. A Voz do Arco-Iris. Brasília: LetraViva
- GHON, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Atualidade: manifestações e categorias analíticas  
IN: Movimentos Sociais no Início do Século XXI-antigos e novos atores sociais. 2003.  
Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- MONTEIRO. Linderval Augusto. 2006.A Trajetória de Ilda do Prado Lameu: dinamismo popular e cidadania em uma periferia do Rio de Janeiro. IN: História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral.v.9,n.2.
- PASSERINI, Luisa. 2011.A Memória entre Política e Emoção. Letra e Voz, São Paulo.
- SIMMEL, GEORG.1983. Sociologia.IN: MORAES FILHO, Evaristo. Grandes Cientistas Sociais.  
Editora Ática, São Paulo
- TARROW. Sidney, 2009. O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político.  
Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes.
- THOMPSON, Paul.1992. História e Comunidade IN: A Voz do Passado-história oral. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.